

CPI DOS BANCOS

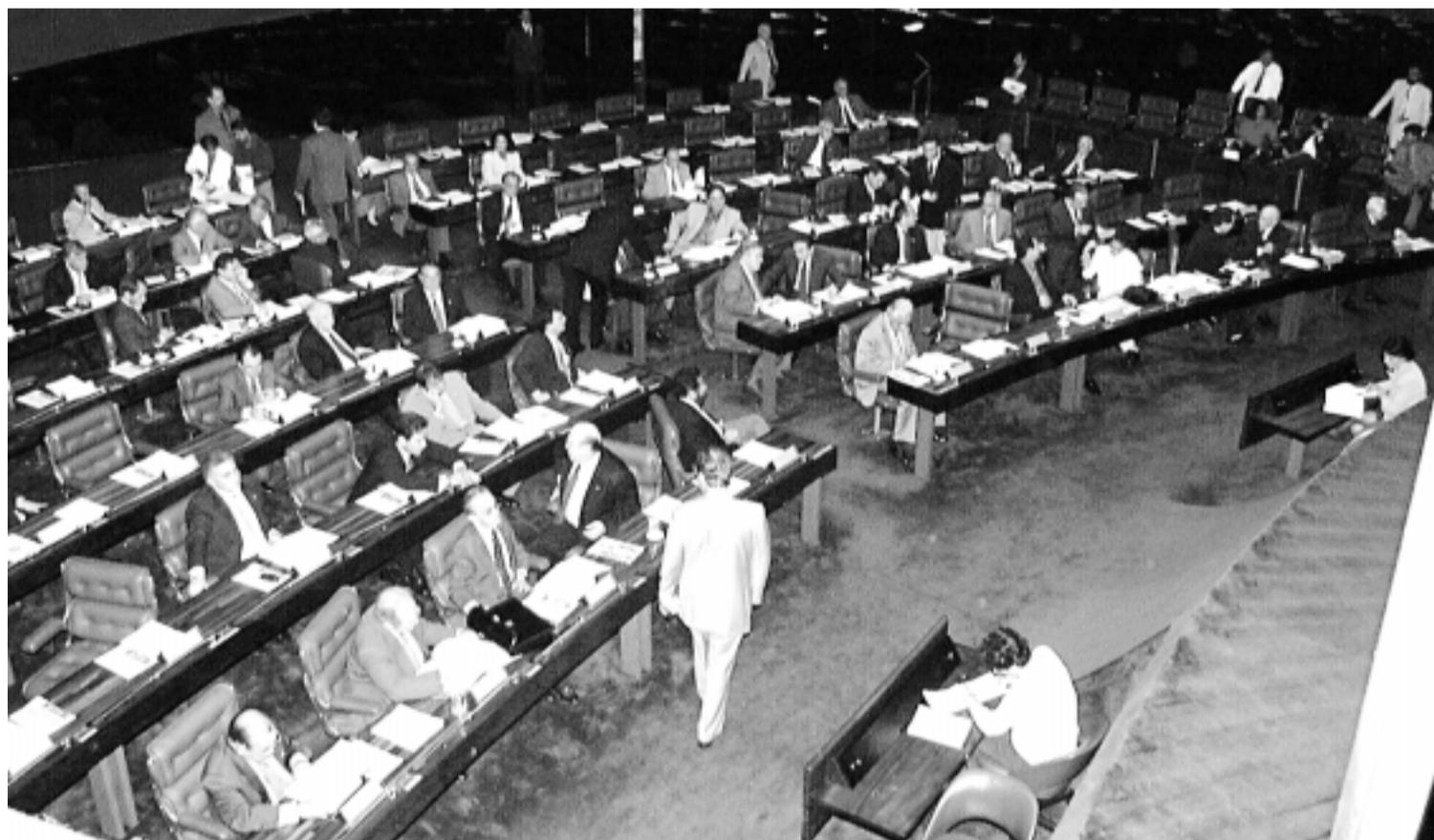
Relator pensa em pedir prorrogação dos trabalhos

PÁGINA 4

BALANÇO

Em três dias, senadores aprovam 19 matérias

PÁGINA 8



Ao votar projeto alterando a Resolução 78/98, que gerou um prolongado debate, o Senado completou um total de 19 matérias aprovadas em três dias

Senado revoga dispositivo que prejudicava o Banco do Brasil

Ao excluir de resolução parágrafo que condicionava refinanciamento de títulos emitidos para pagar precatórios ao reconhecimento de sua validade pela Justiça, plenário evitou que BB sofresse prejuízo calculado em R\$ 6,1 bilhões



ACM assiste à posse de quatro novos ministros do STJ

A solenidade de posse dos quatro novos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) contou com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Entre os empossados está a juíza Eliana Calmon, a primeira mulher a assumir o cargo em um tribunal superior.

PÁGINA 2



Ao lado dos senadores Paulo Souto e Ramez Tebet, Luiz Estevão (D) fala sobre ligações do juiz Nicolau dos Santos Neto para seu celular

Estevão vai à CPI e nega envolvimento com o juiz Nicolau

Ao depor por iniciativa própria na CPI do Judiciário, o senador Luiz Estevão garantiu que não teve envolvimento com obra do fórum trabalhista de São Paulo.

PÁGINA 5

O Senado aprovou ontem projeto do senador Fernando Bezerra retirando da Resolução 78/98 parágrafo, aprovado na semana passada, que condicionava o refinanciamento de todos os títulos emitidos para pagar precatórios ao reconhecimento de sua validade pela Justiça. Com a decisão – que teve 32 votos a favor, 16 contra e duas abstenções –, os senadores evitaram que o Banco do Brasil sofresse um prejuízo calculado por Fernando Bezerra em R\$ 6,1 bilhões. O BB tem em seu poder títulos da prefeitura de São Paulo, originariamente pertencentes ao Banespa e transferidos na intervenção sofrida pelo banco paulista em 1994.

PÁGINA 3

Comissão de Ética tem novos integrantes

O plenário do Senado aprovou ontem os nomes dos novos integrantes da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. A comissão, que tem mandato de dois anos, atua na investigação de acusações de falta de ética e decoro por parte de senadores. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apelou aos eleitos para que se reúnam o mais rapidamente possível com o objetivo de eleger o presidente e o vice-presidente da comissão.

Foram eleitos como titulares pelo PMDB os senadores Casildo Maldaner (SC), Ramez Tebet (MS), Nabor Júnior (AC), Ney Suassuna (PB) e Amir Lando (RO) – os suplentes serão Marluce Pinto (RR) e Gerson Camata (ES). Pelo PFL foram eleitos como titulares os senadores Geraldo Althoff (SC), Francelino Pereira (MG), Paulo Souto (BA) e Juvêncio da Fonseca (MS) – serão suplentes José Agripino (RN), Carlos Patrocínio (TO), Djalma Bessa (BA) e Freitas Neto (PI). Representando o PSDB, estarão na Comissão de Ética e Decoro os senadores Lúcio Alcântara (CE), Osmar Dias (PR) e José Roberto Arruda (DF) – como suplentes foram eleitos Antero Paes de Barros (MT), Luzia Toledo (ES) e Romero Jucá (RR). Pelo Bloco Oposição, foram eleitos como titulares os senadores Lauro Campos (PT-DF), Heloisa Helena (PT-AL) e Jefferson Péres (PDT-AM) – como suplentes foram eleitos José Eduardo Dutra (PT-SE), Marina Silva (PT-AC) e Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Também na sessão de ontem foram designados, de acordo com as indicações das lideranças, os novos membros da Procuradoria Parlamentar, que atua como a advocacia do Senado. São eles os senadores Amir Lando (RO), Ramez Tebet (MS) e Alberto Silva (PI), pelo PMDB. Pelo PFL foram designados os senadores Djalma Bessa (BA) e Bernardo Cabral (AM).

Senado estuda fórmula para garantir sigilo a documentos obtidos por CPIs

Modelo adotado por Portugal, onde as informações ficam sob a responsabilidade do presidente do Poder Legislativo, pode conciliar investigação parlamentar com limitação jurídica

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que a Casa está “estudando mudanças e uma fórmula que permita garantir o sigilo dos documentos das CPIs”. A preocupação é conciliar a atividade de investigação parlamentar com as limitações jurídicas para o manuseio e divulgação de documentos obtidos sob sigilo. O modelo adotado por Portugal está servindo de referência para esse estudo.

– Estamos encaminhando uma fórmula para acertar isso e acho que podemos fazer como em Portugal, onde os documentos ficam na presidência do Legislativo e quem quiser vai ver os documentos na presidência, sob responsabilidade do presidente – informou.

Ainda pela manhã, antes de o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) depor na

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário, Antonio Carlos voltou a manifestar sua opinião de que Estevão deveria tomar essa iniciativa. O presidente do Senado disse não acreditar que o parlamentar tenha cedido a diretores da construtora Ikal cópias de documentos da comissão, conforme versões difundidas por alguns jornalistas que acompanham os trabalhos de investigação.

O presidente do Senado qualificou de “um ato de desespero que não vai ter êxito” o recurso que o PT encaminhará ao Supremo Tribunal Federal (STF), conforme anúncio feito pelo partido, contra a medida provisória que ampliou o prazo para enquadramento de empresas no regime automotivo do Nordeste – iniciativa que deverá beneficiar a instalação da montadora Ford na Bahia.

Plenário impõe penas a cartórios que não ofereçam certidões gratuitas

O Senado aprovou ontem projeto de lei originário da Câmara – que vai à sanção presidencial – impondo penalidade para os cartórios que descumprirem a lei que determina a gratuidade dos registros de nascimento e dos assentamentos de óbito. Comprovado o descumprimento pelos oficiais de cartórios de registro civil do que determina a legislação, serão aplicadas as penas da Lei 8.935/94.

Isso significa que os notários e os oficiais de registro estarão sujeitos a penas de repreensão, multa, suspensão por 90 dias e perda da delegação. A pena de suspensão será aplicada em caso de reitera-

do descumprimento do dever de registrar gratuitamente esses atos necessários ao exercício da cidadania. A extinção da delegação ocorrerá quando esgotadas todas as outras penalidades impostas.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que o projeto visa corrigir falha da legislação anterior. Os senadores Marina Silva (PT-AC), Luiz Estevão (PMDB-DF), Heloisa Helena (PT-AL), Roberto Freire (PPS-PE), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Fogaca (PMDB-RS), Blairo Maggi (sem partido-MT) e Roberto Requião (PMDB-PR) também se manifestaram pela aprovação do projeto.

Aprovado voto de pesar pela morte de Antonio Garcia Filho

Requerimento apresentado ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para inserção em ata de voto de pesar pela morte súbita do médico, escritor e político sergipano Antonio Garcia Filho foi aprovado pelo Senado. “Ao longo de quase seis décadas, distribuiu seu tempo entre a medicina, a política, a Secretaria de Educação, a

fundação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Sergipe, a Sociedade Médica de Sergipe, a poesia e a cadeira nº 1 da Academia Sergipana de Letras, cujo patrono é Tobias Barreto”, lembrou o senador.

Valadares fez um breve histórico da vida de Antonio Garcia, que foi redator-chefe do *Correio de Aracaju*.



Antonio Carlos cumprimenta o ministro Jorge Scartezini em cerimônia marcada pela posse da primeira mulher em tribunal superior

ACM comparece à posse de novos ministros do STJ

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou da solenidade de posse dos quatro novos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na tarde de ontem. Entre os empossados está a juíza Eliana Calmon, a primeira mulher a assumir o cargo num tribunal superior.

– Estamos muito felizes. A primeira ministra de um tribunal superior do Brasil é baiana, e chegou aqui pelos seus próprios méritos – disse o senador.

Os outros ministros são o desembargador Paulo Gallotti e os juizes Jorge Scartezini e Francisco Falcão. A cerimônia foi presidida pelo ministro Antonio de Pádua Ribeiro, e contou também com a presença do vice-presidente da República, Marco Maciel, e dos presidentes da Câmara, deputado Michel Temer, e do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso, e do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Autorizado empréstimo à prefeitura de Itaúna

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que autoriza a prefeitura de Itaúna (MG) a contratar operação de crédito no valor de R\$ 2,1 milhões. Os recursos serão emprestados ao Fundo

de Desenvolvimento Urbano (Fundurb), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Com o dinheiro, a prefeitura de Itaúna realizará obras de infraestrutura urbana. O projeto será agora promulgado pelo Congresso Nacional.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalma Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário altera resolução que ameaçava o BB

Projeto do senador Fernando Bezerra retira parágrafo aprovado na semana passada que causaria grandes prejuízos ao Banco do Brasil nas operações de refinanciamento dos títulos precatórios

Por 32 votos a favor, 16 contra e duas abstenções, o Senado aprovou ontem projeto de resolução do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) retirando da Resolução 78/98 parágrafo aprovado na semana passada que condicionava o refinanciamento de todos os títulos emitidos para pagar precatórios ao reconhecimento de sua validade pela Justiça. Com isso, o Banco do Brasil foi atendido, visto que carta do seu presidente, Andrea Calabi, sustentava que a instituição sofreria forte impacto se o parágrafo continuasse em vigor.

Bezerra justificou o projeto alegando que a mudança da semana passada objetivou autorizar a União a socorrer estados e municípios mediante o refinanciamento de títulos emitidos após 13 de dezembro de 1995 para pagamento de precatórios. Mas o parágrafo, aprovado

na última hora, determinou a inclusão na regra geral dos títulos emitidos pelo município de São Paulo, papéis que a CPI dos Precatórios considerou irregulares, mas que estavam em poder do Banco do Brasil:

— A nova situação impediu o Tesouro Nacional de incluir tais títulos no refinanciamento da dívida do município de São Paulo, o que irá acarretar enormes prejuízos ao Banco do Brasil, atual detentor daqueles títulos — argumentou Fernando Bezerra.

Alegando “a gravidade dos fatos e as terríveis conseqüências que advirão ao



Bezerra: nova situação poderia acarretar enormes prejuízos

Banco do Brasil”, o qual previa um prejuízo de R\$ 6,1 bilhões caso o parágrafo não fosse revogado, Bezerra pediu a aprovação do seu projeto, que reconstituiu integralmente o substitutivo que seria votado na semana passada.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) deu seu testemunho da seriedade do BB e explicou que esses títulos foram absorvidos pela instituição em 1994, no encerramento do mandato de Itamar Franco,

quando o Banco Central realizou intervenção no Banespa. Assim como Hugo Napoleão (PFL-PI), o relator sustentou que o presidente Fernando Henrique Car-

doso não participou, em nenhum momento, dos entendimentos que levaram o BB a ficar com esses papéis.

Antes da votação, houve um longo debate. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) chamou a atenção para a falta de alternativas do plenário, ante a situação do Banco do Brasil. “Ou damos esse voto ou assumimos a responsabilidade por um impasse que nenhum de nós está em condições de sustentar”, alertou ele. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) também reconheceu que o plenário estava diante de um impasse e optou por votar politicamente, aprovando o projeto. José Fogaça (PMDB-RS) fez um relato do que foi votado na semana passada e sustentou que ninguém pode dizer que o Senado não agiu corretamente e limpemente ao aprovar essa matéria.

Autor da emenda que permitiu a in-

clusão do parágrafo na Resolução 78, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou grave o fato de o BB deter os títulos emitidos pela prefeitura de São Paulo. Em sua opinião, o governo federal não hesita em pegar os “micos” e entregá-los para a “viúva” pagar. Ele condenou as argumentações catastróficas apresentadas por Andrea Calabi para alegar que, sem a revogação desse parágrafo, o BB quebraria.

Roberto Requião (PMDB-PR) alegou que, depois da CPI dos Precatórios, não havia mais engano possível com os títulos emitidos pela prefeitura de São Paulo. Ele lembrou que o processo para a fraude na emissão desses papéis foi criado exatamente naquela prefeitura, significando a aprovação desse projeto “consolidar os lucros da cadeia da felicidade criada pelos fraudadores”.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 1999

1

Projeto de Resolução nº 70, de 1999. CAE. Autoriza a prefeitura municipal do Rio de Janeiro a refinanciar 95% da dívida vincenda, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, para tanto emitindo Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-Rio), visando ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1999.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Resolução nº 72, de 1999. CAE. Autoriza o estado do Piauí a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69, de 1995, e a contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil, mediante repasses de recursos do Banco Interamericano (BID), no valor de US\$ 8.905.512,51, equivalentes a R\$ 10.000.000,00, em 30.01.98, destinados à execução do Programa Prodetur/NE.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1999. Acrescenta parágrafos ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a redação dada pela Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, e inciso VI ao art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Resultado: Aprovado. À sanção.

4

Projeto de Resolução nº 71, de 1999. CAE. Autoriza a prefeitura municipal de Itaúna (MG) a contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundeurb) administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A. (BDMG), no valor de R\$ 2.100.000,00 a preços de 31.10.1998.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Resolução nº 75, de 1999. CAE. Autoriza, excepcionalmente, o governo do estado do Rio de Janeiro a refinanciar 95% da dívida vincenda, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, para tanto emitindo Letras Financeiras do Tesouro do Estado Rio de Janeiro (LFTRJ), visando ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1999.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Resolução nº 74, de 1999. Fernando Bezerra. Revoga o § 3º, “b”, do art. 12 da Resolução nº 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado o projeto. Votaram: Sim: 32 Não: 16 Abst.: 02 Total: 50. Aprovada a Emenda nº 1-CAE, de redação. À promulgação.

7

Requerimento nº 224, de 1999. Osmar Dias. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 188 e 216, de 1999, por versarem sobre a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional.

Resultado: Aprovado o Requerimento nº 365, de 1999, lido na sessão deliberativa ordinária de 28 do corrente, do senador Osmar Dias, solicitando tramitação conjunta dos PLS nºs 188, 216 e 422, de 1999, que têm maior abrangência. Os PLS nºs 188, 216 e 422, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à CAS, em decisão terminativa. Fica prejudicado o RQS nº 224, de 1999.

8

Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 307, de 1995. Carlos Bezerra. Altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, e dá outras providências.

Resultado: Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 324 do Regimento Interno. À sanção.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Rio e Piauí são autorizados a elevar endividamento

Ao final de longa discussão, o Senado aprovou ontem projetos de resolução autorizando a prefeitura do Rio de Janeiro e o estado do Piauí a aumentarem sua dívida. A prefeitura carioca foi autorizada a refinanciar 95% de sua dívida vincenda, emitindo Letras Financeiras do Tesouro Municipal (LFTM-Rio), visando ao giro da dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1999.

O Piauí foi autorizado, em caráter excepcional, a ultrapassar em 273% seu limite de endividamento. A resolução permite que o estado contrate opera-

ção de crédito de US\$ 8,9 milhões junto ao Banco do Nordeste do Brasil, mediante repasses do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Os recursos se destinam à execução do programa Prodetur/NE.

Na discussão do endividamento do Rio de Janeiro, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) ironizou o fato de esse projeto ter vindo a plenário, uma vez que, se não forem atendidas as exigências da Resolução 78/98, os pleitos não devem sequer ser enviados ao Senado pelo Banco Central. Por isso, ele indagou: “Para que servem as resolu-

ções do Senado se são descumpridas sem a menor sem-cerimônia?”.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, concordou com a necessidade de um critério uniforme para as autorizações de endividamento dos estados e municípios, mas esclareceu que esse pedido do Piauí chegou à Casa não na vigência da Resolução 78, mas quando estava em vigor a Resolução 69, cujas exigências eram atendidas. “Só por isso, não concordo *in totum* com V. Exª”, afirmou ele, em resposta a Antero de Barros (PSDB-MT).

Os três senadores piauienses — Hugo Napoleão (PFL), Freitas Neto (PFL) e Alberto Silva (PMDB) — defenderam a concessão do empréstimo, argumentando que não se passou por cima de nenhuma norma legal para autorizar o endividamento.

Aprovada rolagem de dívida mobiliária do RJ

O Senado aprovou ontem autorização para o Rio de Janeiro emitir Letras Financeiras do Estado (LFTRJ), destinadas ao refinanciamento da sua dívida mobiliária vencível no segundo semestre, no valor de R\$ 956,6 milhões, correspondendo a 95% do total da dívida, que é de R\$ 1,007 bilhão. O relator Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse estar convencido de que a grande maioria dos

estados não terá condições de cumprir os acordos de renegociação das respectivas dívidas assinados com o governo federal. Para ele, é preciso que o governo federal reconheça a própria responsabilidade no endividamento dos estados e renegocie a partir do cancelamento de uma parte da dívida.

Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que, com a emenda que apresentou ao pare-



Saturnino: estados não terão como cumprir acordos das dívidas

cer de Saturnino regulando o desembolso em três parcelas, o governador Garotinho ganhou três meses para concluir as negociações com o governo federal sobre a rolagem de R\$ 23,6 bilhões. Ele explicou que ainda não relatou a rolagem da dívida carioca justamente porque o governador Garotinho lhe pediu que aguardasse as negociações com o governo federal. Para Osmar Dias, aprovar o refinanciamento da dívida mobiliária coloca o Rio de Janeiro em situação pior, porque o vencimento desta rolagem é em 2004 e não em 30 anos.

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) disse que votaria contra por entender que a operação é prejudicial ao Rio de Janeiro. Ele defendeu a fixação de critérios que permitam obter coerência para esse tipo de operação.

Projeto muda regulamentação da profissão de jornalista

O plenário aprovou ontem a redação final do projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que altera a legislação sobre a profissão de jornalista. A principal mudança transfere a responsabilidade na emissão de registro profissional, que passa a ser da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). O Ministério do Trabalho apenas homologará o registro para torná-lo definitivo. O projeto vai à sanção presidencial.

Dentre as novas atribuições da Fenaj está a emissão de registro profissional também para as categorias de repórter fotográfico, repórter cinematográfico e diagramador. Essas categorias passam a ter a exigência de curso superior para a obtenção do registro profissional. Para a categoria de ilustrador não será necessário o curso superior, mas será exigido o segundo grau completo.

Cheques da Ikal foram para ex-presidente do TRT-SP

Empresa responsável pela construção do prédio de juntas de Conciliação e Julgamento emitiu 74 cheques para corretora acusada de praticar lavagem de dinheiro. Vários desses cheques foram dirigidos ao juiz Nicolau dos Santos Neto

Relator pedirá prorrogação de prazo até 27 de setembro

O relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto (PMDB-MA), anunciou que pretende pedir 15 dias de prorrogação nos trabalhos da comissão de inquérito, para permitir que ele conclua o documento final.

Assim, ao invés de encerrar suas atividades dia 12 de setembro, a CPI irá até 27 de setembro.

João Alberto afirmou que desistiu de apresentar aos senadores da CPI um relatório preliminar, abrangendo as investigações sobre a venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam e a denúncia de que teria vazado a notícia da política de flutuação cambial. Para ele, a concessão de liminares pelo STF a pessoas investigadas pela CPI, proibindo o uso de informações obtidas pela quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico, impossibilita a divulgação do relatório parcial.

De qualquer forma, independente



das liminares, João Alberto pretende considerar no relatório final como irregular a venda dos dólares ao Marka e ao FonteCindam, "pois ficou provado que não havia risco de quebra de sistema financeiro" como argu-

mentaram os diretores do Banco Central e seu então presidente, Francisco Lopes. Assim, o relator irá sugerir que a ex-diretoria do BC e os controladores dos dois bancos façam ressarcimento ao Banco Central dos prejuízos advindos com as operações.

Além disso, João Alberto irá acusar a direção da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) de falsidade ideológica, por ter escrito uma carta alertando para o "risco sistêmico" no sistema financeiro a pedido da direção do BC. Além disso, a BM&F mudou os termos da carta por proposta do Banco Central e o documento só chegou a Brasília quando a direção do BC já havia decidido vender os dólares ao Marka e ao FonteCindam.

Depoimentos de banqueiros serão decididos em agosto

Os nomes dos banqueiros e ex-banqueiros que deporão sobre o Proer na CPI do Sistema Financeiro só serão decididos na primeira semana de agosto. A reunião marcada para ontem, para tratar desses depoimentos, foi cancelada porque a sessão do plenário do Senado se prolongou até tarde, impedindo o encontro dos senadores da comissão de inquérito. A partir de hoje, a CPI suspende seus trabalhos por 30 dias, devido ao recesso parlamentar de julho.

O relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), informou que pretende sugerir a convocação de pelo menos seis banqueiros que venderam ou compraram instituições financeiras ao amparo do Proer. A CPI já ouviu dois banqueiros sobre a venda do Bamerindus ao banco inglês HSBC e encaminhou ofício ao Banco Central pedindo detalhes de uma operação de compra de títulos da dívida externa brasileira, em Londres, no valor de US\$ 1 bilhão, determinada pelo BC um dia após a intervenção no Bamerindus.

A CPI entra em recesso na expectativa de que o Supremo Tribunal Federal casse ainda nesta semana, também antes do recesso do Judiciário, algumas liminares concedidas a pessoas investigadas pela comissão de inqué-

João Alberto pretende sugerir seis convocações



rito e que tiveram quebrado o sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Ao todo, ministros do STF concederam 11 liminares e o presidente em exercício da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), apresentou à corte na terça-feira recursos contra as decisões dos ministros. Caso as liminares não sejam revistas, a CPI fica impedida de usar informações obtidas com a quebra de sigilo. Se as liminares forem cassadas, as equipes técnicas do Senado que assessoram a CPI trabalharão durante o recesso na análise dos documentos enviados pelos bancos, Receita Federal e companhias telefônicas.

A Ikal, empresa responsável pela construção do prédio das juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, emitiu 74 cheques para a corretora Split, acusada de praticar lavagem de dinheiro pela CPI que investigou a emissão de títulos públicos para pagamento de precatórios. A informação foi divulgada pelo vice-presidente da CPI do Judiciário, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), acrescentando que vários desses cheques foram dirigidos para o juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT de São Paulo.

A revelação foi feita pelo senador durante depoimento, ontem na CPI, do diretor da Ikal José Eduardo Correa Teixeira Ferraz. O depoente negou a emissão dos cheques diretamente para a Split, alegando que a Ikal, empresa do Grupo Monteiro de Barros, endereçou os cheques para uma empresa financeira panamenha chamada International Real Estate Investment.

O presidente e o relator da CPI, senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Paulo Souto (PFL-BA), quiseram saber mais sobre os cheques, assinados por José Ferraz. O depoente reconheceu sua assinatura e a marca da máquina da Ikal nos cheques, mas disse que não emitiu os cheques para a Split. Levantou a hipótese de os cheques terem sido repassados à

José Eduardo Ferraz depôs ontem na CPI



Split pela financeira panamenha.

Para Paulo Souto, é provável que os cheques, contabilizados como investimentos, tenham sido repassados para outras empresas. Ramez Tebet quis saber qual a relação da Ikal com a empresa panamenha. Segundo o depoente, a Ikal se aproveitava da facilidade de fazer transferência em reais, por meio de uma financeira.

A partir de uma pergunta do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), José Ferraz admitiu que assinou vários papéis, notas promissórias e uma procuração de um dos sócios da Ikal, Fábio Monteiro de Barros (que depôs na CPI e é primo de José Ferraz), para a realização de negócios os quais não conhecia em detalhes.

— O senhor somente assinava esses documentos por pedido dos donos da em-

Corretor diz que recebeu R\$ 50 mil de diretor de tribunal

O corretor de imóveis Antonio Moacir Dantas Cavalcanti Júnior disse ontem, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário, que o cheque de R\$ 50 mil emitido por Antonio Almério Marra encontrado em sua conta lhe foi entregue por Severino Marcondes Meira Filho, que era à época diretor administrativo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba e filho do então presidente do tribunal, juiz Severino Marcondes Meira.

Em depoimento anterior à CPI, Marra declarou ter dado o cheque a Cavalcanti Júnior como comissão pela venda de um imóvel ao TRT, no valor de R\$ 710 mil — preço considerado superfaturado. A compra foi feita na gestão de Marcondes Meira. Cavalcanti Júnior foi o autor de uma avaliação do imóvel que estabeleceu seu

Moacir avaliou imóvel vendido ao TRT



valor de R\$ 750 mil. Em depoimento à Polícia Federal, dissera desconhecer o cheque depositado em sua conta.

Segundo o corretor, Meira Filho, amigo seu de mais de 15 anos, procurou-o com o cheque de R\$ 50 mil pedindo um

presença ou participava dos negócios, tinha conhecimento dos empreendimentos? — indagou Dutra.

— Devo ter mesmo assinado contratos em nome da Recreio Agropecuária, e também assinei notas promissórias representando o Grupo Monteiro de Barros, mas não me vejo em condições de responder sobre os detalhes desses negócios, pois assinei apenas como procurador ou como representante do Grupo Monteiro de Barros — respondeu José Ferraz.

Em requerimento encaminhado à presidência da CPI, José Eduardo Dutra solicitou novo depoimento de José Ferraz, em agosto, numa sessão secreta da comissão, para que seja melhor esclarecida a natureza de seu trabalho no Grupo Monteiro de Barros e as questões da Ikal com o TRT de São Paulo e o juiz Nicolau.

O depoente esclareceu que não tem participação acionária na Ikal, sendo apenas um diretor da empresa, responsável pela coordenação de obras e empreendimentos. Os senadores Djalma Bessa (PFL-BA) e Maguito Vilela (PMDB-GO) perguntaram sobre as dificuldades para a construção do prédio do fórum trabalhista em São Paulo. Segundo José Ferraz, a Ikal e o Grupo Monteiro de Barros já fizeram obras de grande porte, mas admitiu que foi a primeira obra pública realizada pela construtora.

adiantamento de R\$ 7 mil. No dia seguinte, foram ao banco, onde R\$ 31,2 mil foram sacados em dinheiro. O diretor do TRT levou outro cheque de R\$ 15 mil do amigo, mediante promessa de que depositaria R\$ 3,2 mil na conta dele no dia seguinte, o que efetivamente fez.

Cavalcanti Júnior desafiou Marra a mostrar algum recibo do pagamento da comissão. Disse que o único contato que teve com o vendedor do imóvel foi quando fez a avaliação, que considerou justa.

Essa avaliação, segundo o corretor, foi pedida pelo chefe do setor de engenharia do TRT, cujo prenome seria Napoleão. Disse que não cobrou pelo serviço, efetuado no mesmo dia do pedido.

A CPI aprovou requerimento apresentado pelo depoente e por Agripino solicitando garantia de vida para Cavalcanti Júnior e sua família.

Caso Encol terá investigação sobre suborno

A CPI que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário também vai analisar o caso Encol, a exemplo do que vem fazendo a CPI do Sistema Financeiro. Reportagem publicada na revista *Istoé* informa que o ex-dono da construtora Encol teria subornado o juiz da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia, Avenir Passo de Oliveira, para que não fosse decretada a falência da empresa. Ainda segundo a revista, o suborno chegaria a cerca de R\$ 1 milhão.

Para também apurar o caso, a CPI já aprovou ontem a convocação dos

advogados Sérgio Mello da Paixão, Paulo Roberto Viana Martins, Neiron Cruvinel e Waldomiro Azevedo Ferreira que, conforme a reportagem, seriam os autores da denúncia.

— Todos atuam na Vara de Falências, sendo que os três primeiros são advogados da Encol, contratados pelo empresário Pedro Paulo de Souza. Eles têm denúncias graves contra o juiz Avenir Oliveira, o ex-síndico da massa falida, Habib Badião, e o também advogado Micael Mateus — justificou o autor do requerimento e vice-presidente da CPI, senador

Carlos Wilson (PSDB-PE).

AGRESSÃO

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou em plenário denúncias de agressão por seguranças do juiz Avenir Oliveira contra os jornalistas Mino Pedrosa e André Dusek, da *Istoé*. Conforme Suplicy, a violência teria acontecido após entrevista coletiva, na qual o juiz acusou a autora da reportagem, Sônia Filgueiras, de ter exigido R\$ 25 mil para que a revista não publicasse o texto. Avenir Oliveira não permitiu a presença da equipe da revista na entrevista.

Estevão depõe e nega relação com juiz Nicolau

Senador comparece à CPI, garante que manteve apenas três contatos com ex-presidente do TRT-SP e informa que seus negócios com construtora de São Paulo se limitaram a uma obra para a OAB e um empreendimento agropecuário

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) negou ter qualquer envolvimento com o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), acusado de irregularidades na construção do fórum trabalhista da capital paulista. Em depoimento à CPI que investiga irregularidades no Judiciário, ele disse ontem que 23 das 26 ligações telefônicas entre o juiz e telefones utilizados pelo senador têm apenas alguns segundos de duração. Luiz Estevão esclareceu que na verdade teve apenas três contatos com o juiz: o primeiro, em uma véspera de Natal; o segundo, após a resolução do sequestro de sua filha; e um último, por ocasião de sua eleição para o Senado.

— Se eu tivesse tido acesso a estas informações previamente, as teria explicado facilmente. Há ligações com menos de 10 segundos de duração, o que torna impossível qualquer conversa. A falta de conhecimento prévio destas informações me deixou em situação desvantajosa — lamentou o senador.

Com relação a informações de que o juiz teria viajado para Brasília em avião do Grupo OK, de propriedade do senador, Luiz Estevão informou que a acusação é falsa. Ele acrescentou que o Ministério Público de São Paulo, que investiga o superfaturamento do fórum trabalhista, já sabe quem é o dono do aparelho.

Luiz Estevão afirmou que suas empresas fizeram negócios com o Grupo Monteiro de Barros, do qual faz parte a construtora Incal, responsável pela obra do TRT-SP, em duas oportunidades: durante a construção do edifício-sede da Ordem dos Advogados do Brasil e em um empreendimento agropecuário em Mato Grosso. Além disso, houve apenas, conforme o depoimento do senador, a gestão financeira de um empreendimento de propriedade do grupo paulista em Pernambuco. A operação foi feita porque o Grupo Monteiro de Barros contraiu empréstimo junto ao Banco OK. Para fazer frente a este compromisso, o banco assumiu créditos do Grupo Monteiro de Barros. Luiz Estevão disse que a operação foi normal. “Anormal seria se não tomássemos providências para garantir nossos recursos”, explicou.

O senador pelo Distrito Federal rechaçou qualquer insinuação de que seria de sua propriedade a firma Ikal, constituída pelo Grupo Monteiro de Barros para construir o fórum. Luiz Estevão reafirmou não ter tido qualquer participação na execução da obra nem na liberação de recursos orçamentários.

— Nunca foi responsabilidade minha a liberação de recursos. E não tive qualquer envolvimento com aquela obra. Comprovar isso é muito fácil. Nunca fui sequer visto na obra. Perguntem, por exemplo, a alguns dos fornecedores da construção se houve qualquer contato para tratar da obra. Esta tese não tem qualquer fundamento — assegurou.



Luiz Estevão reafirmou não ter tido qualquer participação na execução da obra nem na liberação de recursos orçamentários

Jader diz que senador não participava da liberação de verba

A postura do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que depôs por iniciativa própria na CPI do Judiciário, foi elogiada pelo senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB. “Apesar de não ter tido envolvimento com a liberação de recursos para a obra de construção do fórum trabalhista de São Paulo”, o senador se viu constrangido a explicar as atividades de suas empresas, segundo destacou Jader.

— Luiz Estevão não integrava o Executivo, que facilitava ou não a liberação de recursos para obra; não integrava o Tribunal Superior do Trabalho, que mandava o dinheiro; não integrava o Tribunal de Contas da União, que fiscalizava a execução da obra, mas está aqui prestando informações à CPI — salientou.

Jader voltou a defender a investigação



Jader destacou a postura de Estevão de comparecer por iniciativa própria

dos membros da Comissão Mista de Orçamento que teriam favorecido a inclusão de dotações orçamentárias para a construção do fórum. “A CPI precisa saber quem se interessava pela obra; quem dobrava e triplicava os recursos”, frisou.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) qualificou a proposta do líder peemedebista de “manobra diversionista”. Para ele, ninguém, seja parlamentar ou não, está isento de convocação pela CPI. “O senador Luiz Estevão compareceu porque suas empresas cruzaram o caminho da CPI”, afirmou Dutra, referindo-se às relações comerciais entre as empresas de Luiz Estevão e o Grupo Monteiro de Barros, responsável pela obra do TRT-SP.

Dois juízes e um desembargador são convocados para depor

A CPI do Judiciário aprovou ontem uma série de requerimentos, três deles referentes a convocação de magistrados. Deverão prestar depoimento à CPI o juiz José Maria de Mello Porto, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro; o juiz Beethoven Giffoni Ferreira, de Jundiaí (SP); e o desembargador Asdrúbal Vasquez Cruxên, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

A CPI também aprovou a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de várias empresas de Fábio Monteiro de Barros e José Eduardo Correia Teixeira Ferraz, responsáveis pela construção do fórum trabalhista do TRT de São Paulo. Ambos prestaram de-

poimentos nesta semana à CPI. Outro requerimento aprovou a reconvocação de Teixeira Ferraz para novo depoimento.

Um dos requerimentos aprovados solicita informações ao Departamento de Aviação Civil sobre as viagens de José Teixeira Ferraz e sua esposa aos Estados Unidos de 1994 até este ano. À Receita Federal a CPI solicitará informações sobre as investigações nas empresas de Monteiro de Barros e Teixeira Ferraz.

A comissão aprovou ainda requerimentos visando obter informações sobre os contratos e atas nas juntas comerciais de todo o país referentes às empresas do Grupo Monteiro de Barros.

Dutra afirma que explicações mudam diante de fatos novos

“As explicações do senador Luiz Estevão vêm sendo modificadas à medida que surgem fatos novos.” A avaliação é do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), comentando os esclarecimentos oferecidos pelo representante do Distrito Federal à CPI do Judiciário, sobre as relações comerciais entre suas empresas e o Grupo Monteiro de Barros, responsável pela construção do fórum trabalhista de São Paulo. Dutra citou declaração de Luiz Estevão à imprensa em 27 de maio, na qual assegurava ter tido apenas dois contatos comerciais com o grupo paulista, sem mencionar o acordo de co-gestão financeira de um empreendimento em Pernambuco.

O senador petista recorreu também a discurso no qual Luiz Estevão informa ter-se licenciado de suas empresas em abril de 1994. Escritura de compra e venda de fazenda pelo Grupo OK, conforme declarou Dutra, datada de outubro de 1997, é assinada por Luiz Estevão. Além disso, José Eduardo Dutra comentou o depoimento do empresário Fábio Monteiro de Barros, que disse na terça-feira à CPI ter usado empresas do Grupo OK para receber créditos. Nas palavras de Fábio Monteiro de Barros, as empresas de Luiz Estevão funcionariam como um “pronto-socorro”, já que o

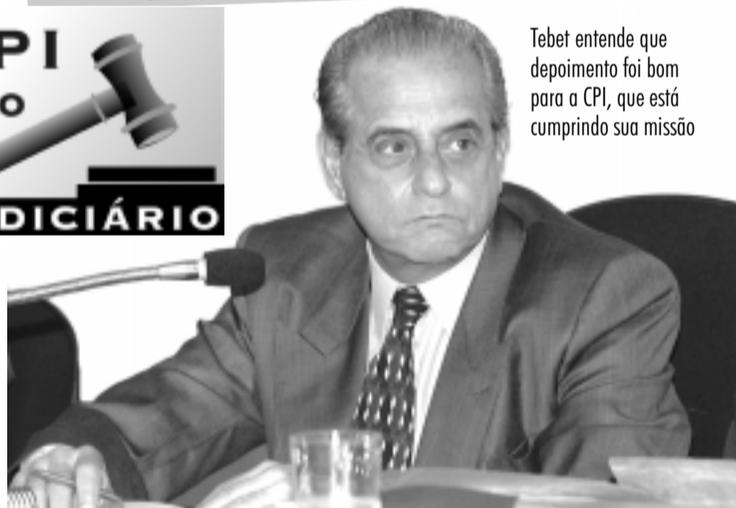


Dutra diz que empresas de Estevão viraram pronto-socorro de firma com bens bloqueados

Grupo Monteiro de Barros corria o risco de ter seus bens indisponibilizados pela Justiça, lembrou Dutra.

— O senador não se sente constrangido em ver suas empresas serem “pronto-socorro” de empresas com bens bloqueados por pedido do Ministério Público devido a desvio de dinheiro público? — questionou Dutra.

Luiz Estevão argumentou que a operação com o Grupo Monteiro de Barros deve-se a empréstimos contraídos junto ao Banco OK. Segundo ele, os compromissos não foram pagos e os contratos renegociados. O banco, de acordo com Luiz Estevão, assumiu créditos recebíveis do Grupo Monteiro de Barros.



Tebet entende que depoimento foi bom para a CPI, que está cumprindo sua missão

Comparecimento espontâneo é atitude digna, observa Tebet

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), considerou digna a atitude do senador Luiz Estevão, que tomou a iniciativa de depor na comissão e explicar as relações de suas empresas com o Grupo Monteiro de Barros, responsável pela construção do fórum trabalhista da cidade de São Paulo. Tebet admitiu que o fato de Luiz Estevão ter comparecido por conta própria não significa que não possa haver uma nova convocação.

Ramez Tebet disse que o depoimento foi bom para a CPI, porque demonstrou “que estamos cumprindo a nossa missão”. O senador por Mato Grosso do Sul não acredita que tenha havido uma estratégia do PMDB para defender Luiz Estevão durante a audiência. “O comportamento dos senadores foi normal. Esta é uma casa política”, avaliou.

CCJ aprova nova estrutura das Forças Armadas

Proposta de emenda constitucional acatada pelos integrantes da comissão adapta a Constituição federal à criação do Ministério da Defesa e dos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável à proposta de emenda constitucional, apresentada pelo Poder Executivo, que promove alterações na Constituição com vista a ajustá-la à criação do Ministério da Defesa e dos comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

A matéria vai agora à votação em plenário, em dois turnos.

A proposta aprovada inclui o cargo de ministro da Defesa entre os privativos de brasileiro nato, altera a composição do Conselho de Defesa Nacional e define o juízo competente para processar e julgar os comandantes das três forças.

O cargo de ministro da Defesa foi criado no início do ano, por medida provisória, e o ministério foi instituído no último mês de junho, por lei ordinária.

O senador Romeu Tuma, em seu parecer, lembra que a criação do Mi-

nistério da Defesa e a integração das Forças Armadas em uma única estrutura organizacional significa "o mais importante passo dado nas últimas décadas no campo militar no país". Para ele, a medida é "indispensável para a modernização da política de defesa nacional".

CARTÓRIOS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também aprovou projeto do deputado Agnelo Queiroz (PC do B-DF) que institui penalidades administrativas aos cartórios que insistam em cobrar pelos registros de nascimento e óbito.

As penalidades estabelecidas para os cartórios infratores vão de repreensão, multa ou suspensão por 90 dias até perda da delegação.

O relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), explicou que a medida tem por objetivo coibir o descumprimento, por parte de serventuários, do dispositivo legal que garante a gratuidade dos registros de nascimento e de óbito.



A proposta de emenda constitucional aprovada pela comissão torna o cargo de ministro da Defesa privativo dos brasileiros natos

Projeto facilita o acesso de deficientes a locais de votação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também aprovou ontem parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) favorável ao projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera o Código Eleitoral, criando condições para facilitar o acesso dos eleitores deficientes físicos aos locais de votação. O projeto segue agora para o plenário.

De acordo com o projeto, a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de mais fácil acesso para o deficiente físico ficará a cargo dos tribunais regionais eleitorais e deverá ser feita a cada eleição. A escolha desses locais deverá ser feita após cadastramento que identifique a quantidade de eleitores portadores de deficiência física, de acordo com a sua distribuição em cada zona eleitoral.

Na justificativa da proposta, Lúcio Alcântara lembra que 10% da popu-



Alcântara diz que projeto permite aos deficientes exercer "sua cidadania sem maiores percalços"

lação brasileira é portadora de algum tipo de deficiência física e argumenta que esse fato ressalta a necessidade de integrar os inválidos ou semi-ínválidos à sociedade, por meio de proteção legal. A medida, acrescentou ele, permitirá aos eleitores deficientes físicos "o exercício de sua cidadania sem maiores percalços ou constrangimentos".

Agripino convoca reunião para discutir exclusivamente a reforma política

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), convocou para agosto, quando serão retomados os trabalhos parlamentares, reunião destinada exclusivamente ao debate de quatro itens referentes à reforma política: a proibição de coligações partidárias em eleições proporcionais, a fidelidade partidária com aumento do prazo entre filiação e candidatura, a cláusula de desempenho para partidos políticos e a desincompatibilização de prefeitos em caso de candidatura à reeleição.

A decisão de Agripino foi comunicada à CCJ depois que o líder do PSDB, Sérgio Machado (CE), chamou a atenção para a necessidade de a comissão "esgotar esse assunto, que é fundamental para o país".

– Não podemos ficar, a cada reunião, discutindo, discutindo, sem nada decidir – reclamou.

Machado foi o relator da comissão especial que estudou a reforma político-partidária e vem acompanhando a tramitação dos projetos listados por Agripino desde a legislatura passada.

A realização de reunião específica para a discussão da reforma política também atende sugestão de Pedro Simon (PMDB-RS), para quem a matéria deve ser discutida com base em um estudo aprofundado.

– Ou se discute em conjunto ou não se discute. Temos que partir quase do zero – disse Simon, que concorda com a idéia defendida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de que as novas regras deveriam valer a partir de 2006, quando os atuais mandatos estarão terminados.

FEDERAÇÃO PARTIDÁRIA

Os senadores passaram a maior parte da reunião de ontem debatendo, sem votar, emenda de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ao projeto de lei de Sérgio Machado que proíbe as coligações partidárias nas eleições para cargos legislativos. Valadares propõe a possibilidade de criação de federações de partidos políticos que tenham registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O objetivo é fazer com que os partidos ideológicos de esquerda não sejam prejudicados com o fim das coligações e com uma eventual aprovação da cláusula de desempenho, que exige um percentual mínimo de votos para que o partido tenha aces-



Agripino informou que coligações e fidelidade partidária estão entre os temas que serão discutidos

so ao fundo partidário e ao horário gratuito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Assim, esses partidos poderiam reunir-se em uma federação pelo prazo mínimo de dois anos.

Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), favorável à idéia, a iniciativa tem paralelo nas experiências promovidas no Uruguai e na Argentina.

– Essa emenda garante equilíbrio ao processo político e assegura a sobrevivência de partidos de nitidez ideológica que têm contribuído para o processo democrático. Além disso, dá

condições para que se proibam coligações oportunistas, que não são éticas – comentou.

Na mesma linha, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) acredita que a emenda de Valadares "preserva patrimônios da vida política brasileira". Para Amir Lando (PMDB-RO), que contou com a concordância do autor da emenda, é necessário que a proposta deixe claro que as federações devem ter âmbito nacional, excluindo a possibilidade de que elas se formem para disputar eleições em municípios ou estados.

Apesar de considerar a emenda uma "boa contribuição à organização política do país", o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) acredita que o mais adequado é que ela seja proposta em projeto de lei.

Mesmo emitindo relatório contrário à emenda, por considerá-la sem relação com o projeto em discussão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que aceita a tese de Valadares desde que apresentada como proposta ao projeto de lei que dispõe sobre a cláusula de desempenho. O relator sugeriu ainda uma modificação: que se restrinja a participação em uma federação aos partidos que obtiverem menos de 5% dos votos nas eleições.

Roberto Freire vê "cacoetes autoritários" em debate

Durante a reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Roberto Freire (PPS-PE) apontou a existência de "cacoetes autoritários" no debate da reforma político-partidária. Freire classificou como "terrorismo" notícias de que 21 partidos seriam extintos após a reforma, como informou reportagem publicada pela imprensa paranaense. "Precisamos ser honestos porque essas medidas não vão acabar com os partidos. Não há o que extinguir porque, se houver representatividade na sociedade, o partido vai continuar existindo", disse ele.

Para o senador, aqueles que fazem esse tipo de afirmação estão pretendendo garantir reservas de mercado e impedir o prosseguimento à criação de novas idéias políticas na sociedade. "Não é com mecanismos legais que vai se constituir um sistema político ideal. No Brasil, tenta-se tutelar tudo: sindicatos, partidos e até liga de domínio", criticou.

Os senadores do PSDB Sérgio Machado (CE) e Álvaro Dias (PR) esclareceram que ninguém quer extinguir partidos políticos, mas apenas fortalecê-los, acabando com os partidos de aluguel e consolidando a democracia no Brasil. "Os partidos políticos devem ter representação de acordo com os votos que tenham e não com os votos herdados de outros partidos", disse Machado, com referência ao projeto que proíbe coligações para eleições proporcionais.



Roberto Freire qualificou como "terrorismo" as notícias sobre iminente extinção de partidos

Luiz Otávio quer ampliar acesso a verbas do FNO

Os empresários que atuam na região Norte estão enfrentando dificuldades para ter acesso aos recursos do Fundo Constitucional da Região Norte (FNO), conforme denúncia feita ontem no plenário pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA). Segundo ele, R\$ 468,8 milhões estão parados no Banco da Amazônia (Basa), sem possibilidade de utilização.



Luiz Otávio: emenda permite usar recursos na infra-estrutura

Em consulta ao banco, Luiz Otávio disse ter recebido a informação de que os recursos não são liberados porque problemas de infra-estrutura tornam inviáveis muitos projetos empresariais na região. Na tentativa de quebrar esse círculo vicioso, o senador informou que apresentará proposta de emenda constitucional permitindo que o dinheiro do FNO também seja aplicado em obras de infra-estrutura, de modo que a instalação de empresas seja facilitada.

Luiz Otávio citou como exemplo o asfaltamento completo da rodovia Cuiabá-Santarém, num trecho de 800 quilômetros, obra que dependeria de R\$ 300 milhões. O senador afirmou que, totalmente asfaltada, a rodovia permitiria o escoamento de muitos produtos agrícolas e agroindustriais da região, dinamizando assim a atividade econômica. “Temos que passar da época do ‘já

teve’ e passarmos à época do ter”, disse Luiz Otávio, explicando que é preciso aproveitar recursos disponíveis e não ficar lamentando o que o país não tem: – Não precisamos do favor de ninguém – esclareceu o senador, lembrando que o “dinheiro não será emprestado a fundo perdido”. Luiz Otávio alertou para o fato de que o acúmulo de recursos no caixa do Basa vem se dando em “progressão geométrica”.

Senadores acusam Basa de usar recursos indevidamente

O Banco da Amazônia (Basa) está usando indevidamente o dinheiro do Fundo Constitucional da Região Norte (FNO) para custear despesas administrativas da instituição. Foi o que afirmaram ontem em plenário os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Em aparte ao senador Luiz Otávio (PPB-PA), Nabor Júnior disse que a razão pela qual o Basa não está liberando os recursos para projetos empresariais é porque aplica os recursos do FNO no mercado financeiro. “Os rendimentos são usados pelo próprio banco para pagar sua folha de pessoal”, disse Nabor Júnior.

Conforme o senador pelo Acre, para poder usar o dinheiro do FNO, o banco criou uma série de obstáculos burocráticos, que acabam evitando a concessão

de empréstimos aos empresários.

O senador Gilberto Mestrinho confirmou a denúncia de Nabor Júnior. “O FNO foi criado para repassar recursos destinados ao desenvolvimento”, disse Mestrinho. “Mas o dinheiro não é emprestado porque o Basa tem que sustentar a sua máquina.” Segundo o senador, as regras burocráticas não têm como objetivo assegurar o pagamento dos empréstimos, mas atrapalhar ao máximo a concessão de crédito.

Luiz Otávio também foi apertado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que elogiou sua iniciativa em defesa do FNO e pregou a união dos parlamentares da região Norte como forma de vencer os problemas ali observados. Cabral defendeu a formação de uma frente parlamentar do Norte.

Suplicy propõe que presidente exponha planos ao Congresso

Senador quer que mensagem por ocasião da abertura da sessão legislativa seja lida pelo chefe de governo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem proposta de emenda constitucional (PEC) que permite ao presidente da República comparecer ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, para apresentar a mensagem e o plano de governo, expondo a situação do país e suas metas:

– Seria mais natural se o próprio autor da mensagem, a exemplo do que ocorre em vários países, comparecesse ao Congresso Nacional e expressasse de viva voz sua mensagem e seu plano de governo. O presidente Fernando Henrique me disse que acha ótimo ter a oportunidade

de vir ao Congresso – revelou o senador.

De acordo com a proposta de Suplicy, após a exposição do presidente da República, os líderes dos partidos nas duas Casas teriam oportunidade de expor suas avaliações sobre a mensagem presidencial, facultando-se ao presidente o direito de resposta.

Suplicy também registrou sua participação como observador, junto com os senadores Hugo Napoleão (PFL-



Suplicy disse que FHC manifestou desejo de vir ao Congresso Nacional

PI) e Artur da Távola (PSDB-RJ), na reunião entre os chefes de Estado que compõem o Mercosul e a Comunidade Europeia, a chamada Cimeira do Rio de Janeiro. “Avaliemos que se tratou de reunião de extraordinária importância devido à ênfase dada à erradicação da pobreza e os avanços em termos de liberdade do ser humano na escolha de onde quer trabalhar e viver”, afirmou o senador.

Fechamento da Delegacia Regional do BC no Pará provoca protestos

A decisão do Banco Central (BC) de reduzir a Delegacia Regional de Belém, sem consultar nem mesmo os funcionários, gerou protestos ontem por parte do senador Ademir Andrade (PSB-PA). “Para espanto de todo o setor econômico da região e dos próprios funcionários da delegacia, a pretexto de reorganização administrativa, a direção do Banco Central



Ademir: BC despreza dimensão social e influência do estado

pretende, na realidade, transformar a regional de Belém em simples escritório”, afirmou o senador, manifestando indignação pelo fato de o governo não ter consultado a bancada da região.

O senador disse que não é só a delegacia da região Norte que está ameaçada, pois a proposta de reorganização do Banco Central também transforma em escritórios as delegacias que funcionam em Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba e Porto Alegre. A proposta mantém as delegacias de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. “De todo o Nordeste,

escolheram a permanência da delegacia de Salvador”, informou Ademir.

Para Ademir Andrade, o BC despreza a dimensão social e a influência do estado, pois tomou a decisão de transformar as regionais em escritórios levando em consideração apenas a quantidade de instituições financeiras, o volume ponderado de ativos, o fluxo cambial, a movimentação de numerário, o número de municípios e o volume de atendimento ao público. “Por esta lógica, mais uma vez a região Norte, que é a mais extensa e abriga 17 milhões de brasileiros, fica prejudicada. É um desafio a toda a bancada amazônica”, afirmou.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a região está calcada com a discriminação que tem sofrido por décadas por parte do governo federal. Ele lembrou que quando o governo compra “micos”, como os títulos da prefeitura de São Paulo, também não

consulta o Congresso Nacional, “mas nos procura para darmos solução aos problemas que cria”.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) solidarizou-se ao protesto contra o que chamou de “esvaziamento de tudo o que é importante para a Amazônia”. Mozarildo voltou a alertar para a necessidade de se consolidar a Frente Parlamentar da Amazônia.

Ademir informou que está encaminhando pedido de informações e de adiamento da decisão ao presidente do Banco Central, Arminio Fraga, para que possam ser melhor avaliados os seus efeitos, que, no entender do senador, podem ser nocivos aos interesses do país.

O senador disse ainda que estava enviando três outros pedidos de informação aos ministros da Fazenda e da Saúde sobre os valores recolhidos com a CPME. Segundo ele, essas informações servirão de subsídio para a elaboração de um projeto de lei “revolucionário”, que poderá acabar com o desemprego. Ademir disse estar elaborando este projeto em conjunto com a coordenação da Confederação dos Comerciantes.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h – *Saúde Todo Dia* – O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Futebol feminino
7h30 – *Especial Unip* – Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Infecção urinária
8h – *Jornal do Senado*
9h – CPI do Judiciário (reapresentação dos dias 29/06 e 30/06)
21h30 – *Debate* – A senadora Marina Silva e a pesquisadora da Embrapa, Eliana Fontes, debatem sobre transgênicos
22h30 – *Cores do Brasil* – Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Diamantina
23h – *Entrevista* – O senador Sebastião Rocha fala sobre a internacionalização da Amazônia
0h – *Especial* sobre o Descobrimento do Brasil

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – “A Voz do Brasil”
Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”
Em seguida – Música e informação
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

Simon registra canonização de Champagnat

A canonização do padre Marcelino Champagnat, ocorrida dia 18 de abril, foi destacada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que ressaltou o trabalho educacional desenvolvido pelos Irmãos Maristas, ordem criada pelo padre santificado. Segundo o senador, o processo de canonização de Marcelino Champagnat começou em 1888, há 111 anos. Simon transcreveu também trecho de um documento publicado na revista *Echo*, do Instituto dos Irmãos Maristas de Roma, onde se afirma que Marcelino Champagnat “aponta para o retorno do projeto criador de Deus”.

Champagnat ordenou-se em 1816, indo para Laval, interior da França, onde teve sua atenção despertada para o problema da educação, passando a dedicar-se à missão de ensinar e catequizar, informou Simon. Mesmo sem o apoio do poder público, quando Champagnat faleceu, aos 51 anos, a congregação por ele criada tinha 280 irmãos espalhados por 48 comunidades da França:



Simon ressaltou trabalho educacional dos Irmãos Maristas

cinco mil os irmãos Maristas, espalhados por 75 países, entre eles o Brasil. Em nosso país, existem hoje 65 colégios, 35 obras sociais, duas universidades (uma em Porto Alegre e uma em Curitiba) e uma editora comandada pela ordem. O trabalho educacional que vem sendo desenvolvido pelos Irmãos Maristas em nosso país é da maior importância e

tem o reconhecimento de toda a sociedade – afirmou Simon.

– Hoje, passados quase 160 anos, são

Cabral alerta para falta de vigilância militar na Amazônia

Região está sendo invadida por guerrilheiros e narcotraficantes, diz senador, que lamenta a pouca atenção dispensada à questão pelo governo

A Amazônia está sendo invadida por guerrilheiros e narcotraficantes, alertou ontem em plenário o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Ele leu uma série de reportagens dando conta da penetração no Brasil de guerrilheiros peruanos do Sendero Luminoso, que estariam se infiltrando em movimentos de trabalhadores sem terra em razão do baixo nível de vigilância militar na região.

"Quando esses guerrilheiros se unem aos narcotraficantes, que também estão atuando na Amazônia, a situação vai ficar muito complicada", advertiu Cabral. O senador lamentou que o governo tenha cortado as verbas do programa Calha Norte, que garantia um efetivo militar capaz de vigiar as fronteiras brasileiras na Amazônia. "A área econômica não mede a extensão do território nacional e a nossa soberania tanto quanto mede os problemas econômico-financeiros, principal-



Bernardo Cabral teme que os guerrilheiros já em ação na região se unam aos narcotraficantes

mente aqueles dos bancos", disse.

Bernardo Cabral foi apertado pelo senador Tião Viana (PT-AC), que o defendeu da acusação de estar contra movimentos sociais como o dos sem terra. De acordo com Viana, o gover-

no federal deveria ficar mais atento aos problemas da região amazônica e aumentar, por exemplo, o número de policiais federais na área.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) também apertou Cabral para dizer que foi um erro a desarticulação do projeto Calha Norte sob a alegação de que se tratava de projeto com fins unicamente militares. Mozarildo cobrou ações do governo federal. Para ele, a Amazônia está sendo ameaçada por interesses internacionais, não de governos, mas de criminosos.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) também defendeu o Calha Norte em seu aparte. Além dele, falaram os senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Blairo Maggi (sem-partido-MT). O primeiro pediu mais recursos para a Polícia Federal, enquanto o segundo alertou para o risco de o Brasil perder a Amazônia.



O programa de proteção a vítimas e testemunhas foi uma das matérias aprovadas pelo plenário nesta semana

Senado entra em recesso após aprovar 19 matérias em três dias

O Senado encerrou as atividades do primeiro semestre contabilizando a apreciação de 19 matérias somente nos três últimos dias deste mês (de 28 a 30 de junho). Entre as aprovações, está o projeto de lei que cria o programa de proteção a testemunhas e vítimas ameaçadas.

O plenário aprovou ainda a recondução de Geraldo Brindeiro ao cargo de procurador-geral da República e a indicação de Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Nesta semana, o Senado autorizou a emissão de mais títulos do governo no exterior, e as concessões de três rádios e uma de televisão no Amapá, tendo também aprovado as indicações dos embaixado-

res Dinah Flusser, Jorge D'Escragnole Taunay Filho e Luiz Sérgio Gama Figueira para representarem o Brasil juntos aos governos de Barbados, Angola e Arábia Saudita, respectivamente.

Também autorizou o governo do Rio de Janeiro a rolar 95% de sua dívida mobiliária, e alterou resolução que resultaria em prejuízo de R\$ 6,1 bilhões para o Banco do Brasil. As duas matérias foram apreciadas esta semana pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou parecer favorável a projeto que obriga as emissoras de televisão a divulgar fotos de pessoas desaparecidas ou seqüestradas, além de telefones para contato.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi aprovado parecer favorável a projeto que facilita o acesso de eleitores deficientes físicos aos locais de votação.

A Subcomissão de Rádio e TV da Comissão de Educação (CE) aprovou sua agenda de trabalho, enquanto a recém-criada Subcomissão do Cinema Brasileiro elegeu como relator Francelino Pereira (PFL-MG) e presidente, José Fogaça (PMDB-RS).

Durante esta semana, a CPI do Judiciário ouviu a advogada Laila Kezen, sobre as licitações no TRT-RJ, e Fábio Monteiro de Barros Filho e José Eduardo Correia Ferraz, proprietários da empresa Ikal, além do corretor paraibano Antônio Moacir Dantas Cavalcanti Júnior.

Emilia protesta contra restrição argentina a produtos do RS

Como integrante da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) denunciou ontem, em discurso no plenário, as autoridades argentinas por proibirem que os consumidores daquele país compre produtos de origem animal ou vegetal nos estabelecimentos comerciais do Rio Grande do Sul, atingindo especialmente a zona de fronteira do estado. A senadora disse que enviou ofícios aos ministérios das Relações Exteriores, da Agricultura e da Saúde solicitando que o governo federal interceda no caso.

De acordo com a senadora, a razão alegada pelo governo argentino para adotar essa medida é que o controle sanitário brasileiro seria menos rigoroso, o que poderia resultar na transferên-

cia de pragas e doenças já eliminadas naquele país. "Diante da alegação do governo argentino, perguntamos se houve registro de algum fato novo, da existência de alguma doença ou praga, ou mesmo de alguma denúncia, que justifique a adoção da referida resolução", disse a senadora.

Para Emilia Fernandes, ações restritivas como essa "contrariam o espírito de integração vigente", especialmente agora quando chefes de estados reunidos

na Cimeira acabaram de reafirmar o compromisso de paz entre as nações e de incentivar o intercâmbio entre os mercados regionais. Ela citou também a "Carta de Uruguiana", a qual pediu que fosse incluída nos Anais da Casa, produzida no encontro chamado Questões de Fronteira, organizado pela OAB do Rio Grande do Sul,

para reafirmar esse princípio. No documento, segundo a senadora, ficou explícito que as autoridades devem atuar em favor da imediata liberação da circulação de pessoas e bens nas fronteiras de Mercosul, já que se verifica restrições em alguns locais.

Emilia Fernandes anunciou que a Comissão do Mercosul do Congresso Nacional decidiu fazer reuniões, na primeira quinzena de julho,

nas cidades de fronteira com o Uruguai e a Argentina para analisar a situação com a comunidade. A senadora informou que a Secretaria Extraordinária do Mercosul do Governo do Rio Grande do Sul, dirigida pelo ex-deputado Renan Kurtz, encaminhou correspondência ao Itamaraty solicitando empenho na solução do problema. Representantes daquela secretaria e autoridades argentinas terão uma reunião no próximo dia 7, para tratar da questão, segundo Emilia.



Para Emilia, a medida adotada pela Argentina "contraria o espírito de integração vigente"

Maldaner destaca debate entre advogados de Santa Catarina

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou a realização, em Joinville, da XIII Conferência dos Advogados Catarinenses, que se iniciou na última terça-feira e prossegue até sábado, contando com a presença de advogados de toda a região Sul.

A temática da conferência, "A OAB e a Advocacia no Século XXI", engloba os assuntos que afetam o advogado no seu dia-a-dia, afirmou Casildo Maldaner. Entre os tópicos abordados, estão a organização e administração de um escritório de advocacia, o ensino jurídico, a atividade forense do advogado em Santa Catarina, novas perspectivas para a advocacia, a OAB e a proteção dos valores democráticos e o advogado na administração da Justiça.

Maldaner destacou a atuação de Jefferson Luís Kravchychyn na presidência da seccional da OAB de Santa Catarina, afirmando tratar-se de "advogado de grande capacidade de realização e experiência de militância", para quem o papel da instituição é "fortalecer e ampliar as parcerias no



Casildo Maldaner elogiou o trabalho desenvolvido pela seccional catarinense da OAB

enfrentamento dos problemas do advogado", afirmou.

Já garantiram presença no evento, segundo Casildo Maldaner, os advogados Rubens Approbato Machado, Cláudia Lima Marques, José Roberto Batochio, Antônio Nabor Areias Bulhões, Paulo Lopo Saraiva, Paulo Bonavides, Maria Helena Diniz, Adilson Gurgel de Castro, Evandro Lins e Silva e Roberto Rosas.